



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/08/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CNJ.....	2
1.3. DESEMBARGADORES.....	3 - 7
1.4. SEM ASSUNTO.....	8
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	9
2.2. DESEMBARGADORES.....	10 - 12
2.3. SEM ASSUNTO.....	13
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DESEMBARGADORES.....	14
3.2. SEM ASSUNTO.....	15
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	16 - 18
4.2. DECISÕES.....	19
4.3. DESEMBARGADORES.....	20 - 22
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. DESEMBARGADORES.....	23 - 24
5.2. SEM ASSUNTO.....	25
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADORES.....	26 - 31
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	32
7.2. DESEMBARGADORES.....	33 - 34
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	35
8.2. DESEMBARGADORES.....	36 - 37
8.3. SEM ASSUNTO.....	38 - 39

Projeto Eficiência

Neste mês de agosto, os estados do Paraná, Mato Grosso e Maranhão vão receber a equipe do Projeto Eficiência, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), executado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas (DMF). O projeto é implantado nos estados onde os mutirões carcerários do CNJ identificaram a necessidade de aprimorar a gestão cartorária das varas criminais e de Execução Penal, com a capacitação, orientação e valorização dos servidores.

De 1 a 8 de agosto, o Projeto Eficiência estará na Vara de Execução Penal da Comarca de Maringá (PR). De 12 a 18, do mesmo mês, na Vara de Execução Penal de Cuiabá (MT) e, de 19 a 25 de agosto, na Vara Judicial de São José de Ribamar (MA).

Trabalho de equipe

O trabalho da equipe do Projeto Eficiência consiste no ordenamento dos processos e na alteração das rotinas produtivas das unidades, de modo a melhorar o serviço prestado aos presos e a seus familiares, com o aprimoramento da Justiça penal e estabelecimento de organização padronizada, método e rotina de trabalho. O projeto pretende também combater as causas de um problema identificado nos mutirões carcerários do CNJ: a morosidade no reconhecimento dos direitos dos presos e deficiências na gestão das unidades judiciárias.

CNJ aprova exigência de ficha limpa para servidores do Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que exigirá ficha limpa para contratação de funcionários comissionados, ocupantes de funções de confiança e terceirizados do Judiciário. Proposta em março, a resolução foi aprovada por unanimidade entre os conselheiros do órgão de controle do Judiciário.

A nova regra irá barrar o ingresso de servidores não concursados que tenham sido condenados por crimes listados na Lei da Ficha Limpa, por decisão colegiada (em tribunais compostos por mais de um magistrado).

No caso de terceirizados, a nova regra da Justiça restringirá apenas o acesso de funcionários que irão ocupar cargos de chefia. Os demais quadros de prestadores de serviço ficam livres do filtro da ficha limpa. A barreira também não terá validade para os servidores concursados. Para o funcionalismo, serão mantidos os impedimentos previstos no respectivo regime jurídico dos servi-

dores civis.

A determinação será aplicada à Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Justiça estadual, Justiça Militar e tribunais de contas. A resolução foi inspirada nas restrições impostas aos políticos pela Ficha Limpa. A resolução do CNJ, que entra em vigor nos próximos dias, terá efeito sobre todos os tribunais do país, à exceção do Supremo Tribunal Federal (STF), que não se submete às decisões do órgão.

Na decisão, os conselheiros do CNJ concederam um prazo de 90 dias para que os tribunais identifiquem os funcionários ficha suja. Após o recadastramento, as Cortes terão 180 dias para exonerá-los de seus quadros.

“Se a Lei da Ficha Limpa vale para os cargos políticos, é evidente que vale para os cargos de direção dos tribunais. Não seria razoável que um diretor-geral ou um chefe de departamento de licitação ou compras de um tribunal seja alguém condenado por um órgão colegiado por um

ato de improbidade administrativa ou corrupção, por exemplo”, ressaltou o conselheiro Bruno Dantas, relator da resolução.

Crítérios- egundo a ficha limpa do Judiciário, as indicações para funções de confiança e cargos em comissão ficam proibidas quando o candidato tiver sido condenado, pelo menos em segunda instância, por atos de improbidade administrativa e uma série de crimes, entre os quais aqueles contra a administração pública, os hediondos e os praticados por organizações criminosas.

Também ficam alijados de ocupar vagas comissionadas no Judiciário quem teve suas contas de cargos ou funções públicas “rejeitadas por irregularidade insanável”, tenha sido demitido de cargos públicos por justa causa ou tenha tido o registro profissional cassado.

As vedações, no entanto, deixam de valer após cinco da extinção das penas.

Origem-A resolução se inspira na Lei da Ficha

Limpa, que adotou critérios semelhantes para barrar a candidatura de políticos a cargos eletivos. Proposta em 2010 por iniciativa popular, a lei foi aprovada no Congresso em junho daquele ano e teve sua constitucionalidade referendada pelo Supremo Tribunal Federal em fevereiro deste ano. A lei barra a candidatura de políticos condenados por órgão colegiado, cassados pela Justiça Eleitoral ou que renunciaram a cargo eletivo para evitar processo de cassação.

No Congresso, ainda em maio deste ano, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que exige ficha limpa para todos os servidores comissionados (não concursados) do Executivo, Judiciário e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A proposta precisa ser aprovada em dois turnos pelo plenário do Senado e depois vai à Câmara.

Raimundo Barros é o novo desembargador do TJMA

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, nesta quarta-feira (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. “Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado”, exaltou.



Desembargadores: Raimundo José e Guerreiro Júnior)

Novo desembargador do TJMA



O juiz Raimundo José Barros de Sousa (foto) foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem, dia 01/08. Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. “Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado”, exaltou.

Raimundo Barros é o novo desembargador do TJMA



➤ Presidente Guerreiro Júnior cumprimenta Raimundo Barros logo após posse do novo desembargador do TJMA **Pág.3**

Raimundo Barros é o novo desembargador do TJMA



O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem. Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sou-

sa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista tríplice, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão no cargo: "acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação - Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista tríplice. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os juízes Tyrone

Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerton (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados.

No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes - no caso, 13 votos - um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Barros de Sousa foi votado por quatorze desembargadores, contra dez que votaram em João Santana.

Lista tríplice

O Tribunal de Justiça definiu ontem, a lista tríplice para escolha do novo desembargador do Maranhão. Foram escolhidos os juízes Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri), Ângela Maria Salazar (5ª Vara da Família) e João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública). Raimundo Barros foi o mais votado com dezesseis votos, em seguida Ângela Salazar com catorze e em terceiro João Santana com treze. Dessa lista sairá o novo desembargador.

Leilão de veículos do TJ

O Fórum Desembargador Sarney Costa realizou na última sexta-feira (27/7), o primeiro leilão de veículos apreendidos. Aproximadamente, 100 veículos foram oferecidos neste primeiro leilão. Uma vez alienado, o produto da venda ficará vinculado ao processo de origem e o valor arrecadado será depositado em contas bancárias à disposição dos juízes competentes.

Caberá ao arrematante pagar ao leiloeiro, no ato da arrematação e à vista, o valor integral da arrematação (100% do lance) mais o percentual de 5% sobre o valor do bem arrematado a título de comissão do leiloeiro e, ainda, o valor de despesas com remoção e transporte do veículo.

Resolução de problemas

A organização de leilões de veículos apreendidos foi a forma encontrada para resolver inúmeros problemas do depositário público, tais como: a falta de espaço para armazenamento de bens apreendidos; o desgaste e a deterioração dos bens, em razão da superlotação e do lapso temporal custodiado; e a necessidade de um sistema de fluxo de entrada e saída de bens apreendidos no local, com vistas a resguardar o valor do bem.

O juiz diretor do fórum, Sebastião Bonfim, destaca a importância desse primeiro leilão de veículos. "Aten-

dendo a uma orientação do CNJ, estamos leiloando esses bens apreendidos, que estavam sendo deteriorados com o tempo, podendo ocasionar sérios transtornos e prejuízos às partes. Promoveremos esses leilões sempre que for necessário e a fim de cumprir às exigências legais". De acordo com a chefe do Depositário, Ana Sírnia Lopes, responsável pelo levantamento de veículos, há bens relacionados a processos judiciais criminais do período de 1999 a 2011.

Agendamentos futuros

Uma comissão indicada pelo juiz diretor do fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, já realizou levantamento dos objetos e bens apreendidos que se encontram no depositário, para um futuro leilão. Os próximos já estão sendo agendados para o segundo semestre deste ano. "Esse evento irá representar um marco na administração dos bens apreendidos pela Justiça estadual ao evitar maiores danos ao patrimônio do jurisdicionado", afirma o leiloeiro oficial do Tribunal de Justiça, Vicente Paulo Albuquerque.

O leilão obedece aos trâmites processuais e segue a Recomendação nº 30, de 10 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais, permitindo aos juízes promover leilões unificados, com ampla divulgação, a fim de possibilitar o maior número de participantes.

Arnaldo Melo diz que decisão do TJ não tem efeito nenhum



Presidente da Casa Legislativa, deputado Arnaldo Melo

Depois da decisão do Tribunal de Justiça (TJ), que julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela OAB/MA contra a Resolução da Assembleia Legislativa (AL) que estabelecia critérios para a criação de novos municípios, somente nesta quarta-feira (1º), na reabertura dos trabalhos do legislativo, foi que o presidente da Casa Legislativa, deputado Arnaldo Melo se posicionou.

Para Arnaldo Melo a ADIN foi um equívoco da OAB, mas mesmo assim o presidente garante que a decisão do Tribunal de Justiça não tem efeito nenhum.

"Foi um equívoco da OAB, a nossa Resolução não cria novos municípios, mas de qualquer maneira a resolução já alcançou seu

objetivo que era regulamentar os recebimentos dos processos das localidades que desejam se transformar em municípios, por esse motivo essa decisão do Tribunal de Justiça não tem nenhum efeito" assegurou.

Arnaldo Melo ainda antecipou que já está sendo trabalhada uma nova Resolução ainda para o mês de agosto.

"A Resolução antiga não tem mais importância, já estamos trabalhando e vamos criar agora ainda em agosto outra Resolução, para o que interessa daqui pra frente", finalizou.

Pelo visto deveremos ter mais novidades sobre a criação de novos municípios no Maranhão ainda no mês de agosto. (Com informações do Blog do Jorge Aragão)

 **A eleição de um desembargador faz lembrar a decisão de um final de campeonato. A torcida chega a se manifestar de forma efusiva.**

APÓS TRÊS ESCRUTÍNIOS

RAIMUNDO BARROS É ELEITO NOVO DESEMBARGADOR DO TJ



Presidente
Guerreiro Júnior
cumprimenta
Raimundo Barros
logo após posse
do novo
desembargador
do TJMA

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem(1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

PÁGINA 3

 VAGA DE CUTRIM

Raimundo Barros é eleito novo desembargador do TJMA

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador

Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista triplíce, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua

gestão no cargo: "acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

VOTAÇÃO - Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista triplíce. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os juízes Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerton (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Con-

ceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados.

No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes - no caso, 13 votos - um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Barros de Sousa foi votado por quatorze desembargadores, contra dez que votaram em João Santana.

Representantes das Coordenadorias da Mulher participam de reunião no CNJ (I)

➤ Foi divulgado, esta semana, o resultado do encontro entre os coordenadores Estaduais da Mulher de todo o país e o Conselho Nacional de Justiça. Entre os assuntos da pauta, diversas solicitações foram apresentadas ao CNJ, com o objetivo de tornar as coordenadorias mais efetivas, bem como melhorar a aplicação da Lei Maria da Penha. A reunião foi realizada em Brasília e contou com representantes de 24 Estados brasileiros.

Representantes das Coordenadorias da Mulher participam de reunião no CNJ (II)

➤ O juiz Néelson Melo Moraes Rego, titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, esteve no encontro, representando a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem como presidente a desembargadora Nelma Sarney. Na oportunidade, o magistrado expôs trabalhos desenvolvidos pela coordenadoria, como o projeto "Maria Vai à Escola", voltado para a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e para a formação de multiplicadores da visão de igualdade de gênero e do respeito aos direitos humanos das mulheres.

TJMA

Raimundo Barros é eleito novo desembargador

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem, quarta-feira (1º), em São Luís. Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentado-

ria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista tríplice, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão no cargo: "acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação - Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista tríplice. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

CNJ

Coordenadorias da Mulher participam de reunião

Foi divulgado, esta semana, o resultado do encontro entre os coordenadores Estaduais da Mulher de todo o país e o Conselho Nacional de Justiça. Entre os assuntos da pauta, diversas solicitações foram apresentadas ao CNJ, com o objetivo de tornar as coordenadorias mais efetivas, bem como melhorar a aplicação da Lei Maria da Penha. A reunião foi realizada em Brasília e contou com representantes de 24 Estados brasileiros.

O juiz Néelson Melo Moraes Rego, titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, esteve no encontro, representando a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem como presidente a desembargadora Nelma Sarney. Na oportunidade, o magistrado expôs trabalhos desenvolvidos pela coordenadoria, como o projeto "Maria Vai à Escola", voltado para a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e para a formação de multiplicadores da visão de igualdade de gênero e do respeito aos direitos humanos das mulheres.

Outro trabalho exposto pelo juiz no encontro foi o projeto "Além dos Limites Processuais", direcionado para a capacitação profissional e de geração de renda para as mulheres vítimas de violência doméstica, ressaltando o convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e o SENAC. Néelson Moraes

Rego esclareceu que as instalações físicas da Coordenadoria da Mulher no Maranhão estarão prontas brevemente. Néelson ressaltou, ainda, que a Coordenadoria vai realizar no próximo dia 8 de agosto, em São Luís, um seminário em parceria com a Rede Amiga da Mulher.

"Levamos para esse encontro todo o resultado alcançado pela Coordenadoria do TJ até agora. Um dos assuntos colocados foi o trabalho de prevenção à violência, realizado no Carnaval maranhense, período no qual apenas dois flagrantes de violência por lesão corporal e ameaça foram registrados no plantão judiciário", ressaltou Néelson Moraes Rego.

Solicitações - Durante o encontro, foi solicitado que o Conselho Nacional de Justiça adote diversas providências junto aos tribunais de Justiça dos Estados no sentido de: até o término de 2012, ocorram instalação e efetivo funcionamento das Coordenadorias Estaduais da Mulher, com estrutura mínima em seus aspectos físicos, materiais e humanos.

Essa estrutura mínima seria o espaço físico adequado, preferencialmente junto aos Tribunais de Justiça, com destinação exclusiva ao funcionamento das Coordenadorias e capaz de comportar o funcionamento da coordenação, dos servidores, das reuniões de seus membros, dotado de todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.



Pedro Meireles chega à Seic para depor no caso Décio Sá acompanhado pelo corregedor da PF, delegado Alexandre Macedo da Silva

Delegado da PF depõe na Seic

Pedro Meireles, suspeito de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá, foi ouvido por cerca de três horas pela comissão que investiga o caso. **Polícia 6**

Delegado da PF citado por agiota depõe sobre a morte de Décio Sá

Pedro Meireles foi ouvido ontem, na Seic, pela comissão de delegados que investiga a morte do jornalista; segundo Gláucio Alencar Pontes Carvalho, um dos contratantes do crime, o policial federal teria lhe informado sobre o crime

Leandro Santos
Da equipe de **O Estado**



O delegado Pedro Meireles, da Polícia Federal (PF), prestou depoimento na manhã de ontem na sede da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), no Bairro de Fátima, sob a suspeita de seu envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido no dia 23 de abril, em um bar na Avenida Litorânea. O policial foi citado no depoimento de um dos mandantes do crime, o agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos.

Acompanhado do corregedor da Polícia Federal Alexandre Macedo da Silva, o delegado da PF chegou à sede da Seic por volta das 9h30, para ser ouvido pela comissão que investiga o caso, formada pelos delegados Jeffrey Furtado, Maymone Barros, Guilherme Sousa Filho, Roberto Fortes e Roberto Larrat. O promotor Agamenon Batista, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP), também esteve presente. O depoimento de Gláucio Alencar vazou na internet no dia 29 de junho. O agiota disse que teria recebido uma mensagem do delegado assim que foi confirmada a morte do jornalista.

Sigilo - O depoimento de Meireles se estendeu por aproximadamente três horas. Enquanto esteve na Seic, o delegado se recusou a falar com a imprensa e, por volta das 12h30, saiu pela porta dos fundos da superintendência. Os delegados que fazem parte da comissão também não quiseram falar sobre os assuntos discutidos entre eles, pois o inquérito segue em sigilo.

Sem declinar nomes, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão enviou uma nota à imprensa no dia 26 de julho, informando que havia instaurado uma sindicância para apurar a possível participação de um policial federal no assassinato de Décio Sá.

A superintendência do órgão no estado informou que o procedimento foi aberto no dia 5, com prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30. A nota esclarecia ainda que, "como em qualquer outra investigação, a Polícia Federal apenas se manifestaria sobre os fatos após a conclusão das apurações".

O Estado manteve contato com a assessoria de comunicação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão, solicitando informações sobre o caso. No entanto, até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi recebida.

O caso - O blogueiro e jornalista da editoria de Política de **O Estado** Décio Sá foi assassinado na noite do dia 23 de abril

em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís. Ele foi atingido com cinco tiros à queimadura disparados de uma pistola calibre ponto 40, empunhada por Jhonatan de Sousa Silva. Após o crime, o executor fugiu em uma moto pilotada por um cúmplice, que o aguardava do lado de fora do bar. Na mesma noite, uma força-tarefa com integrantes da Delegacia de Homicídios e da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) iniciou os trabalhos para elucidar o caso e, no dia seguinte, foi aberto o inquérito policial.

Enquanto o inquérito ainda estiver em andamento, os principais suspeitos de envolvimento no caso continuarão presos, já que no dia 12 do mês passado a Justiça maranhense prorrogou a prisão temporária de todos. A decisão, expedida pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, estendeu por mais 30 dias o prazo para a conclusão do inquérito.

A comissão de delegados também tinha a opção de pedir à Justiça a prisão preventiva dos envolvidos, no entanto, entendeu que a melhor decisão, no momento, era a prorrogação da temporária, para que as investigações pudessem prosseguir normalmente.

Com a decisão, continuam presos Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, assassino confesso de Décio Sá; Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e o seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, suspei-

Mais

O delegado Pedro Meireles deve ser chamado novamente para depor. Dessa vez, para a comissão de delegados que investiga os crimes de agiotagem no Maranhão, comissão essa que é formada pelos delegados Maymone Barros, Roberto Larrat, Roberto Wagner e Breno Araújo.

tos de terem encomendado por R\$ 100 mil a morte do jornalista; José Raimundo Sales Chaves, o Júnior Bolinha, 38 anos e o seu assessor Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Buchecha, de 32 anos, suspeitos de serem os agenciadores, e Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, que é subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), suspeito de ter fornecido a arma.

No dia 19 deste mês, a 1ª Vara do Tribunal do Júri de Teresina, no Piauí, pediu a prisão preventiva dos mesmo suspeitos, por eles também estar envolvidos na morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, de 33 anos, assassinado no dia 31 de março deste ano com três tiros de pistola PT 380 em frente a uma concessionária de veículos em Teresina. De todos os acusados, somente o Buchecha não teve a prisão decretada pela Justiça piauiense.

Divulgação



Delegado Pedro Meireles prestou depoimento ontem aos delegados que investigam o Caso Décio

Arnaldo Melo questiona efeito de decisão sobre criação de municípios

Presidente garante, na abertura dos trabalhos, que processo de criação vai continuar

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Arnaldo Melo (PMDB), declarou, ontem, após a sessão de reabertura dos trabalhos, que a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, de declarar inconstitucional a resolução da AL que regulamenta a criação de novos municípios, não tem efeito prático para o Legislativo.

Segundo Melo, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) "foi um equívoco", já que a re-

solução da Casa não cria os novos municípios.

"De qualquer maneira, a resolução já alcançou seu objetivo, que era regulamentar os recebimentos dos processos das localidades que desejam se transformar em municípios. Por esse motivo, essa decisão do Tribunal de Justiça não tem nenhum efeito", assegurou.

O peemedebista antecipou à reportagem de *O Estado* que a Assembleia Legislativa já estuda editar nova resolução para tratar do assunto "daqui para a frente". "A Resolução antiga não tem mais importância, já estamos trabalhando e vamos criar agora ainda em agosto uma outra Resolução, para o que interessa daqui para a frente", completou.

Biné Moraes



Guerreiro Júnior e Cleones Cunha ladeiam Raimundo Barros

Raimundo Barros é eleito desembargador do Tribunal de Justiça

Juiz foi o escolhido entre 14 candidatos pelo critério de merecimento e empossado pelo desembargador Bayma Araújo. **Geral 7**



Pleno do Tribunal de Justiça durante a votação realizada ontem



Raimundo Barros e Guerreiro Júnior, após o resultado da eleição

Fotos/Biné Moraes

Raimundo Barros foi eleito novo desembargador do TJMA

Eleição aconteceu ontem no Tribunal de Justiça do Maranhão; quatorze candidatos participaram da votação

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem. Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa,

o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista tríplex, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificul-

dade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão no cargo. "Acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação - Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista tríplex. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os juízes Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerton (3), Josemar Lopes dos

Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados.

No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes - no caso, 13 votos - um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Raimundo Barros de Sousa foi votado por 14 desembargadores, contra 10 que votaram em João Santana Sousa.

- **O Tribunal** de Justiça tem novo desembargador, Raimundo Barros. Falta agora o representante da OAB.

RAIMUNDO BARROS É O NOVO DESEMBARGADOR DO TJMA

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, nesta quarta-feira (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.



Juiz Raimundo Barros é o novo desembargador do TJMA

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão no cargo

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, nesta quarta-feira (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimun-

do Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista triíplice, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão no cargo: "acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação - Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista triíplice. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os



juízes Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerton (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados.

No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12

votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes - no caso, 13 votos - um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Barros de Sousa foi votado por quatorze desembargadores, contra dez que votaram em João Santana. Paulo Lafene.

■ Mulher

Foi divulgado, esta semana, o resultado do encontro entre os coordenadores Estaduais da Mulher de todo o país e o Conselho Nacional de Justiça. Entre os assuntos da pauta, diversas solicitações foram apresentadas ao CNJ, com o objetivo de tornar as coordenadorias mais efetivas, bem como melhorar a aplicação da Lei Maria da Penha. A reunião foi realizada em Brasília e contou com representantes de 24 Estados brasileiros. O juiz Néelson Melo Moraes Rego, titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, esteve no encontro, representando a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem como presidente a desembargadora Nelma Sarney. Na oportunidade, o magistrado expôs trabalhos desenvolvidos pela coordenadoria, como o projeto "Maria Vai à Escola", voltado para a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e para a formação de multiplicadores da visão de igualdade de gênero e do respeito aos direitos humanos das mulheres.

■ Trabalhos

Outro trabalho exposto pelo juiz no encontro foi o projeto "Além dos Limites Processuais", direcionado para a capacitação profissional e de geração de renda para as mulheres vítimas de violência doméstica, ressaltando o convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e o SENAC. Néelson Moraes Rego esclareceu que as instalações físicas da Coordenadoria da Mulher no Maranhão estarão prontas brevemente. Néelson ressaltou, ainda, que a Coordenadoria vai realizar no próximo dia 8 de agosto, em São Luis, um seminário em parceria com a Rede Amiga da Mulher.

JUDICIÁRIO

ESCOLHIDO NOVO DESEMBARGADOR

O juiz Raimundo Barros Sousa (**foto**) é o mais novo membro da Corte do Tribunal de Justiça, que passa a contar com 26 desembargadores.

POLÍTICA 2

■ MAGISTRATURA

Calouro na corte

Tribunal de Justiça elegeu ontem novo desembargador e indica o nome de Raimundo Barros Sousa como o mais recente integrante da casa

CLODOALDO CORRÊA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem agora 26 desembargadores. Ontem, em sessão administrativa, o Pleno da Casa escolheu, em votação aberta, o nome do juiz Raimundo Barros Sousa como mais novo membro da Corte. Em eleição disputada, Barros venceu João Santana Sousa e assumiu a vaga deixada por Raimundo Freire Cutrim, que se aposentou. Falta apenas a decisão do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), que será escolhido pela governadora Roseana Sarney (PMDB) após formação da lista tríplice da entidade.

A eleição foi disputada por 14 juízes de Entrância Final (São Luís). O escolhido tomou posse ainda no local, concedida pelo decano Bayma Araújo. O presidente do Tribunal, Guerreiro Júnior, teve que ir a Brasília logo após a votação. Dos 25 magistrados de segundo grau, apenas a desembargadora Raimunda Bezerra faltou à sessão.

Na formação da lista tríplice,

os mais votados foram Raimundo Barros (16 votos), João Santana (13 votos) e Ângela Salazar (14 votos). Também receberam votos Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerthon (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1).

O desembargador José Joaquim ainda levantou uma questão que sempre leva polêmica ao Tribunal quando seu irmão, José Jorge Figueiredo dos Anjos concorre a algum cargo em que a votação do Pleno: ele é impedido de votar no parente. "O curioso é que posso votar em um grande amigo, mas não posso votar em meu irmão. Pelo menos, agora a votação é aberta e todos sabem em quem todos votam. Isto foi um avanço". Joaquim não votou no irmão.

Quase todos os desembargadores falaram da dificuldade em escolher os três nomes, pela paridade entre os juízes postulantes. Paulo Velten

disse que seria boa a adoção do critério apenas de antiguidade, para evitar o embaraço dos desembargadores, que mesmo tendo critérios objetivos para a escolha, poderiam escorregar na subjetividade. Bayma Araújo retrucou: "ser o mais antigo desvirtua o critério de merecimento. Os critérios são objetivos e o desembargador teve votar de acordo com estes".



Sempre tive uma convivência muito rica nas comunidades onde trabalhei. Eu morava nas comarcas. Sempre tive um espírito conciliador dentro da classe dos magistrados. Acho que é um grande reconhecimento ao trabalho

Raimundo Barros,
desembargador

TJMA adaptado à Ficha Limpa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta semana a proposta que exige Ficha Limpa dos funcionários do Poder Judiciário. A regra vai impedir o ingresso de servidores comissionados, ocupantes de funções de confiança ou terceirizados que tenham sido condenados, em colegiado, por crimes listados pela Lei da Ficha Limpa.

Para o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, a mudança pouco afetará o tribunal maranhense.

Segundo o presidente, já são adotadas medidas para que os contratados tenham uma boa vida pregressa.

“Nenhum diretor e nenhum funcionário comissionado no Maranhão é colocado no cargo sem passar por investigação minuciosa de sua vida e ficha policial.

Garanto que aqui os funcioná-

rios que estão já são todos Ficha Limpa”. Guerreiro afirmou que não se eximirá em demitir caso se descubra a existência de algum funcionário Ficha Suja.

O novo desembargador, Raimundo Barros, diz que está atento às normas para a montagem de sua equipe. “Já estamos pensando na montagem da equipe, com certeza de olho nestes critérios exigidos pelo CNJ. O magistrado deve ser o primeiro a exigir que as coisas sejam feitas dentro da legalidade”.

A regra vai impedir o ingresso de servidores comissionados, ocupantes de funções de confiança ou terceirizados que tenham sido condenados, em colegiado, por crimes listados pela Lei da Ficha Limpa.

A resolução, no entanto, não é válida para servidores concursados. Além da Justiça Federal, a norma será aplicada às justiças Eleitoral, Estadual, Militar e tribunais de conta. Segundo a resolução, as vedações deixam de existir após cinco anos da extinção da pena.



SELOM TEIXEIRA O IMPARCIAL PRESS

14

Júizes concorreram a vaga de desembargador na eleição realizada ontem no Tribunal de Justiça

Biografia

Raimundo Barros está na magistratura desde 1986. Ele foi juiz em Coelho Neto, Brejo, Santa Quitéria, Chapadinha e São Luís. Foi diretor do Fórum de São Luís duas vezes. No ano passado, foi o juiz criminal mais produtivo da capital.

O processo de votação que referendou o nome de Raimundo Barros foi coordenado pelo desembargador Guerreiro Júnior (centro), presidente do TJ

Divergências dentro do plenário

Na votação apenas com os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos; João Santana teve 10 e Ângela Salazar, dois. Aí começou a discussão. O presidente Guerreiro Júnior trouxe à baila a norma do Regimento Interno do TJMA determinando a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos desembargadores presentes. Como tinham 24, o novo desembargador tinha obrigatoriamente que ter 13 votos ou mais.

O desembargador José Joaquim afirmou que, em todas as votações para desembargador lá feitas, a segunda votação exigiria apenas a maioria simples dos votos, afirmando que, inclusive ele, entrou seguindo este critério. Guerreiro leu a norma para os presentes e não teve jeito: nova rodada de votos.

No "terceiro turno", foram 14 votos para Barros contra 10 para Santana. Apesar das polêmicas, Guer-

reiro Júnior considerou o processo tranquilo. "Fico feliz porque foi uma votação muito democrática, aberta e não tem como questionar. Seguimos rigorosamente todos os trâmites do protocolo de acordo com o regimento", afirmou Guerreiro, se referindo à terceira votação.

O novo desembargador foi cercado pela imprensa e por amigos após o resultado. Teve que pedir um copo d'água para se recompor e falar sobre a satisfação de se tornar desembargador. "Sempre tive uma convivência muito rica nas comunidades onde trabalhei. Eu morava nas comarcas. Sempre tive um espírito conciliador dentro da classe dos magistrados. Acho que é um grande reconhecimento ao trabalho", declarou.

12

É o total de membros do TJ que optaram por Raimundo Barros na última rodada de votações

Emoção da toga

Foi dito ontem, neste Bastidores, que o novo desembargador do Maranhão sairia, dentre os 14 juízes concorrente, do quarteto: João Santana, Raimundo Barros, Ângela Salazar e Tyrine Silva. Na votação do TJ, a lista tríplice foi formada por João Santana, Raimundo Barros e Ângela Salazar. Tyrine foi o quarto mais votado. O desembargador eleito foi Raimundo Barros. Emocionado, ele recebeu o resultado segurando o choro.

CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Arnaldo Melo diz que decisão do TJ não tem efeito nenhum



Presidente da
Casa Legislativa,
deputado Arnaldo Melo

Depois da decisão do Tribunal de Justiça (TJ), que julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela OAB/MA contra a Resolução da Assembleia Legislativa (AL) que estabelecia critérios para a criação de novos municípios, somente nesta quarta-feira (1º), na reabertura dos trabalhos do legislativo, foi que o presidente da Casa Legislativa, deputado Arnaldo Melo se posicionou.

Para Arnaldo Melo a ADIN foi um equívoco da OAB, mas mesmo assim o presidente garante que a decisão do Tribunal de Justiça não tem efeito nenhum.

"Foi um equívoco da OAB, a nossa Resolução não cria novos municípios, mas de qualquer maneira a resolução já alcançou seu

objetivo que era regulamentar os recebimentos dos processos das localidades que desejam se transformar em municípios, por esse motivo essa decisão do Tribunal de Justiça não tem nenhum efeito" assegurou.

Arnaldo Melo ainda antecipou que já está sendo trabalhada uma nova Resolução ainda para o mês de agosto.

"A Resolução antiga não tem mais importância, já estamos trabalhando e vamos criar agora ainda em agosto outra Resolução, para o que interessa daqui pra frente", finalizou.

Pelo visto deveremos ter mais novidades sobre a criação de novos municípios no Maranhão ainda no mês de agosto. (Com informações do Blog do Jorge Aragão)

Critério de merecimento

Raimundo Barros é o novo desembargador do TJMA

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, nesta quarta-feira (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista tríplice, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão

no cargo: "acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação – Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista tríplice. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os juízes Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino Ewerton (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antonio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados.

No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes – no caso, 13 votos – um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Barros de Sousa foi votado por quatorze desembargadores, contra dez que votaram em João Santana.



O presidente Guerreiro Júnior cumprimenta Raimundo Barros logo após posse do novo desembargador do TJMA

Comarca de Maracaçumé é elevada à entrância intermediária

A comarca de Maracaçumé, distante 206 km de São Luís, foi elevada da entrância inicial para a entrância intermediária, em decisão plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem (1º).

Pela Lei Complementar Nº 140, de 3 de novembro de 2011 – que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias (Lei Complementar Nº 14, de 17.12.1991), criando cargos e varas na estrutura da Justiça de primeiro grau – a comarca de Maracaçumé passou a

contar com dois juízes de Direito.

A fim de adequar o novo quadro de magistrados à administração dos serviços judiciários de primeiro grau, o Tribunal aprovou projeto de resolução que alterou a classificação da comarca e resultou na elevação da entrância.

A proposta foi encaminhada ao Pleno pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Antes da apreciação em plenário, foi submetida à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias

e Assuntos Legislativos, em 17 de julho deste ano, sendo aprovada por unanimidade, nos dois momentos.

A comarca de Maracaçumé, situada no leste maranhense, foi instalada em 20 de dezembro de 2001. Pertence ao polo judicial de Pinheiro e possui quatro termos judiciários: Junco do Maranhão, Centro Novo do Maranhão, Boa Vista do Gurupi e Amapá do Maranhão. A população do município-sede é de 19.155 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2010.

Raimundo Barros é o novo desembargador do Tribunal de Justiça

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. “Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado”, exaltou. **PÁGINA 4**



O juiz Raimundo Barros ganha cumprimentos do presidente do TJMA, Guerreiro Júnior

Raimundo Barros é o novo desembargador do TJ-MA

DIVULGAÇÃO

O juiz Raimundo José Barros de Sousa foi eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, ontem (1º). Quatorze candidatos participaram da votação, que deixou satisfeito o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. "Foi uma eleição bastante concorrida, democrática, com cada desembargador votando conforme sua consciência e tivemos três escrutínios para se chegar a um resultado", exaltou.

Com a necessidade de viagem a trabalho de Guerreiro Júnior para Brasília, logo após a sessão plenária administrativa, o decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, deu posse a Raimundo Barros de Sousa no cargo de desembargador, ainda na sala das sessões plenárias do TJMA.

Na terceira e última votação para escolha do ocupante da vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, o ainda juiz Raimundo Barros de Sousa obteve 14 votos, contra 10 do juiz João Santana Sousa. A juíza Ângela Salazar, terceira integrante da lista tríplice, não obteve voto no último escrutínio.

Bastante emocionado, o novo desembargador teve dificuldade para agradecer após a proclamação do resultado, mas parabenizou os concorrentes e disse como pretende pautar sua gestão



Guerreiro Júnior cumprimenta Raimundo Barros logo após a escolha do novo desembargador

no cargo: "Acima de tudo, com tranquilidade, com paciência, com respeito às instituições e acho que, assim, vou contribuir com o Tribunal", frisou.

Votação – Vinte e quatro desembargadores participaram da votação, inicialmente para escolher os três candidatos que fariam parte da lista tríplice. Nesta etapa, os mais votados foram Raimundo Barros de Sousa, com 16 votos, seguido de Ângela Salazar, com 14, e João Santana Sousa, com 13.

Também receberam votos os juízes Tyrone Silva (11), José de Ribamar Castro (4), Marcelino

Ewerton (3), Josemar Lopes dos Santos (3), Luiz Gonzaga Almeida Filho (2), Maria da Conceição Mendonça (2), Antônio José Vieira (2), Oriana Gomes (1), e José Jorge Figueiredo dos Anjos (1). Samuel Sousa e Douglas Amorim não foram votados. No segundo escrutínio, com apenas os três mais votados, Raimundo Barros de Sousa teve 12 votos, contra 10 de João Santana e dois de Ângela Salazar. Como norma do Regimento Interno do TJMA determina a necessidade de o primeiro colocado obter metade mais um dos votos dos presentes – no caso, 13 votos – um novo escrutínio teve que ser realizado.

Na terceira votação, Barros de Sousa foi votado por 14 desembargadores, contra 10 que votaram em João Santana.

CATORZE JUÍZES CONCORRERAM À VAGA

Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família)
 João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública)
 Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível)
 Tyrone Silva (4ª Vara Cível)
 José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família)
 Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri)
 Antônio José Vieira Filho (6ª Vara da Família)
 Ângela Salazar (5ª Vara da Família)
 Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo)
 José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública)
 Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível)
 Oriana Gomes (8ª Vara Criminal)
 Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal)
 Douglas Amorim (3ª Vara Cível)

Terceira vara de Caxias adota publicação de atos processuais em Diário da Justiça Eletrônico

Em portaria editada pelo juiz da unidade, Paulo Afonso Vieira Gomes, a 3ª vara da comarca de Caxias adotou a publicação de atos processuais no Diário da Justiça Eletrônico. Assinado pelo juiz da unidade, Paulo Afonso Vieira Gomes. Datada do dia 20 de julho, a portaria foi publicada na edição 138 do DJE, de 26 de julho.

De acordo com o documento, nas intimações de despachos e sentenças realizadas por meio do DJE os prazos processuais terão início no primeiro dia útil após a data da publicação. Ainda de acordo com o documento, devem constar na publicação os nomes das partes e de seus advogados suficientes para sua identificação.

Celeridade – Na portaria, o magistrado cita o parágrafo

único da Lei 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, segundo o qual “a comunicação dos atos processuais pode ocorrer por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica”.

Paulo Afonso ressalta ainda a Resolução 15/2008, do Tribunal de Justiça do Maranhão, que “instituiu a versão eletrônica do Diário da Justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, como órgão oficial de comunicação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos” da Justiça.

Entre as considerações do magistrado para a adoção da medida, “a celeridade processual e a redução de custos de Correios” decorrentes da publicação eletrônica, veiculada sem custas.

CAXIAS

3ª Vara adota publicação de atos em Diário da Justiça Eletrônico

Em portaria editada pelo juiz da unidade, Paulo Afonso Vieira Gomes, a 3ª Vara da comarca de Caxias adotou a publicação de atos processuais no Diário da Justiça Eletrônico. Assinada pelo juiz da unidade, Paulo Afonso Vieira Gomes. Datada do dia 20 de julho, a portaria foi publicada na edição 138 do DJE, de 26 de julho.

De acordo com o documento, nas intimações de despachos e sentenças realizadas por meio do DJE os prazos processuais terão início no primeiro dia útil após a data da publicação. Ainda de acordo com o documento, devem constar na publicação

os nomes das partes e de seus advogados suficientes para sua identificação.

Celeridade – Na portaria, o magistrado cita o parágrafo único da Lei 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, segundo o qual “a comunicação dos atos processuais pode ocorrer por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica”.

Paulo Afonso ressalta ainda a Resolução 15/2008, do Tribunal de Justiça do Maranhão, que “instituiu a versão eletrônica do Diário da Justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, como órgão oficial de comunicação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos” da Justiça.

Entre as considerações do magistrado para a adoção da medida, “a celeridade processual e a redução de custos de Correios” decorrentes da publicação eletrônica, veiculada sem custas.